

**20 a 25 de junho de 2022**  
**Maranhão - Brasil**

# MUTIRÃO EM DEFESA DA VIDA DOS POVOS E SEUS TERRITÓRIOS NO MARANHÃO





*Com gratidão e respeito, oferecemos  
este relatório às famílias e amigos/  
as das vítimas da violência e injustiça  
socioambiental no Maranhão, que a  
equipe da missão visitou.*

+ Antônio Gonçalves Diniz

+ Celino Fernandes e Wanderson de Jesus Fernandes  
(pai e filho)

+ João de Deus Moreira

+ Maria José Rodrigues

+ José do Carmo Corrêa Júnior

+ José Francisco Lopes Rodrigues

+ Edvaldo Pereira Rocha

## **Expediente**

Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

6ª Semana Social Brasileira

Regional Nordeste 5 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Maranhão)

Articulação das Pastorais Sociais e Rede Eclesial Pan-Amazônica do Maranhão

Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Conselho Nacional do Laicato do Brasil

Diocese de Caxias

Diocese de Brejo

Diocese de Coroatá

Pastoral Operária

Rede Jubileu Sul Brasil

**Organização do conteúdo:** Alessandra Miranda

**Diagramação:** Mateus Leal

**Agradecimento:** Inspirar Comunicação

# SUMÁRIO



Clique nos links  
ao lado para acessar  
os conteúdos

06

Introdução

10

Resistência de um povo na  
defesa de seus territórios

21

Violações identificadas  
nesses territórios

23

Audiência pública:  
Violência no campo no  
Maranhão

25

A equipe da Missão  
denúncia

27

A missão faz as seguintes  
recomendações: denúncia



# INTRODUÇÃO

“Palavras não são suficientes para expressar tudo o que vivemos nesta missão”.

## **Por que uma Missão em Defesa da Vida dos Povos do Maranhão?**

---

Entre os dias 20 e 25 de junho de 2022 a 6ª Semana Social Brasileira, mobilizou por meio da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB), juntamente com o Regional Nordeste 5 da CNBB (Maranhão), a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, Conselho Nacional do Laicato do Brasil, Pastoral Operária, Rede Jubileu Sul Brasil, Articulação das Pastorais Sociais e Rede Eclesial Pan-Amazônica do Maranhão, realizaram o Mutirão em defesa da vida dos povos e seus territórios no Maranhão

A Missão possibilitou organizar um conjunto de ações e atividades para a escuta das situações de violações vividas em cerca de 35 comunidades, em seis municípios maranhenses: São Luís, Arari, Brejo, Caxias, São João Soter e Buriti. Utilizando como ferramentas as rodas

de conversa, audiência pública e seminário com Pastorais Sociais e Movimentos Populares. O objetivo deste processo é a elaboração deste relatório-denúncia sobre as violações dos direitos humanos e do não acesso à Terra, Teto e Trabalho, sofridas pelas comunidades ameaçadas em seus territórios.

A conjuntura nacional de violência no campo é historicamente marcada pela injustiça e desigualdade presente na vida dos povos, em especial dos povos tradicionais. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) faz o levantamento anual das ações violentas no campo. E em 2021, o Estado do Maranhão foi apontado com o maior número de assassinatos. Entre os quilombolas assassinados no campo, todos os crimes aconteceram no Maranhão. O documento aponta que em todo o país foram registrados 26 assassinatos relacionados a conflitos no campo. De 2020 a junho de 2022, 14 lideranças foram assassinadas, no campo, e mais de 30 mil famílias estão ameaçadas nos territórios quilombolas e comunidades tradicionais maranhenses.

Os assassinatos no campo têm gerado ações de apoio das organizações da sociedade civil às comunidades buscando acompanhar os processos para que os casos sejam investigados e os responsáveis respondam na justiça pelos crimes, assim buscam apoiar as famílias, na organização comunitária, presença solidária e de iniciativas de rede de proteção às comunidades, aos trabalhadores/as que são os principais alvos de grileiros e de grandes empreendimentos na região.



**14**

**assassinatos**

de 2020 a junho de 2022.

**30 mil** famílias estão ameaçadas.





Dom José Valdeci dos Santos Mendes, bispo da diocese de Brejo e presidente da Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB) em uma atividade dizia “As palavras não são suficientes para expressar tudo o que vivemos nesta missão”. Nesse sentido, de maneira respeitosa às histórias das famílias violadas em seus direitos, apresentamos de forma sucinta neste relatório: a denúncia das violações dos direitos humanos e da natureza que as comunidades originárias e tradicionais sofrem no estado do Maranhão.

O Estado do Maranhão é um dos cinco entes federados cujas constituições estaduais reconhecem às comunidades quilombolas o direito à propriedade da terra. Essa garantia é fruto da luta do movimento negro, que conseguiu a inclusão do artigo 229 na Constituição Estadual do Maranhão, promulgada em 1989.

Apesar de tudo isso, há em curso um processo de extermínio contra centenas de comunidades quilombolas maranhenses. Diversos foram os despejos dessas comunidades, bem como o assassinato de suas lideranças. Ademais, grandes projetos agropecuários e de mineração atingem violentamente as comunidades.



É preciso ainda ressaltar que o sucateamento dos órgãos responsáveis pela reforma agrária no estado – o Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e (Incra) –, traduzem a omissão e a falta de comprometimento dos governos e âmbito estadual e federal. Com isso, a reforma agrária e com as normas constitucionais que determinam a titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas, não avança. Do mesmo modo, é desesperador presenciar a omissão do judiciário do Estado, diante de tanta injustiça!

01

Até quando esperamos que a justiça maranhense assumira sua responsabilidade social?

02

Como podemos negar a ação determinante do judiciário no acirramento dos conflitos agrários e urbanos, ao conceder liminares de reintegração de posse sem o menor critério valorativo?

03

Quantos magistrados neste estado já colocaram um pé sobre uma área de conflito?

04

Quantos já foram ver de perto os estragos causados pelo grande capital, que paga para “enterrar” os maranhenses?

05

Por que o Tribunal de Justiça do Maranhão não julga os responsáveis pelas mortes de camponeses?

## **Resistência** de um povo na defesa de seus territórios

---

Município:  
**Arari (MA)**

Comunidade:  
**Cedro**

Diocese:  
**Coroatá (MA)**

Os quilombolas assassinados em Arari, há 170 quilômetros de São Luís (MA), viviam em diferentes comunidades. São elas: Cedro, Flexeiras e Santo Antônio. Em Cedro, além de José Francisco Lopes Rodrigues, foram mortos Celino Fernandes e Wanderson de Jesus Rodrigues Fernandes. Os dois, pai e filho, foram executados em casa enquanto dormiam, no dia 9 de janeiro de 2020.

Já na comunidade de Flexeiras, foi assassinado Antônio Gonçalo Diniz, morto em 2 de julho de 2021. E a outra vítima, da comunidade de Santo Antônio, foi João de Deus Moreira Rodrigues, assassinado em 29 de outubro de 2021. As comunidades vêm se levantando contra a prática de cercamento e grilagem de campos naturais na cidade de Arari. O momento, no entanto, tem sido marcado pelos assassinatos



que têm vitimado lideranças locais. Embora a investigação dos casos não aponte suspeitos dos crimes, entre moradores locais, fala-se de um consórcio envolvendo diferentes grileiros, tidos como “grandes prioritários”, e com a participação de agentes públicos.

O grupo de matadores teria articulação direta com pessoas que têm poder no Maranhão, inclusive poder institucional. Hoje, esse consórcio do crime está sendo mapeado por diferentes agentes nacionais e internacionais. Dois meses antes de ser morto, José Francisco recebeu um representante da Organização das Nações Unidas, ou simplesmente Nações Unidas (ONU), em sua casa.

*O grupo de matadores teria articulação direta com pessoas que têm poder no Maranhão, inclusive poder institucional.*



Município:  
**São João do  
Soter (MA)**

Comunidades:  
**Jacarezinho  
e Povoado  
Bom Descanso**

Diocese:  
**Caxias (MA)**



O Quilombo Jacarezinho, em São João do Soter (MA), 418 quilômetros da capital São Luís, foi certificado como remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares. O território corresponde a 5.720 hectares, na qual 97 famílias vivem do cultivo da terra e do extrativismo de vegetais como o bacuri e babaçu. As famílias vivem neste território há muitos anos, têm suas casas, algumas construídas com projetos da Caixa Econômica Federal. A Igreja Católica e a Associação de Moradores, dentre outros coletivos, atuam na região para fortalecer a luta da comunidade.

Neste território foi assassinado o líder comunitário Edvaldo Pereira Rocha, em 29 abril de 2022. Nesse território, 11 pessoas estão ameaçadas de morte, estão no Programa de Proteção a Defensores de Defensoras de Direitos Humanos do Governo Estadual. Na ocasião da visita, a comunidade encontrava-se tensa e fragilizada pelos conflitos e o assassinato e as ameaças de morte de que constantemente recebem.

De acordo com a comunidade, a pressão e perseguição vem do Grupo Estrela Verde, que alega ter adquirido a terra por meio de leilão e apresentaram documentos de licença ambiental para desmatarem, concedidos pelo município. Está sob poder do Incra a solicitação para a regularização fundiária do território.



O território corresponde  
**5.720 hectares**



**97 famílias**

Vivem do cultivo da terra e do extrativismo de vegetais como o bacuri e babaçu.

Município:  
**Buriti (MA)**

Comunidades:  
**Araçá, Brejão  
e Carranca**

Diocese:  
**Brejo (MA)**

Araçá, Brejão e Carranca são comunidades tradicionais que compõem o território localizado na zona rural do município de Buriti (MA). Atualmente, essas comunidades vivem conflitos agrários e socioambientais fortemente marcados pela violência, coação, perseguição, ameaças, violação de seus direitos humanos, fome, grilagem, desmatamento. Sofrem os impactos nocivos da pulverização de agrotóxicos, próximo às suas residências, nas áreas de trabalho e extrativismo, e tantas outras ações virulentas consumadas por sojicultores e suas empresas predatórias. Em razão desse contexto, sua principal demanda é pela regularização fundiária de seus territórios.



As famílias vivem da agricultura, do plantio de roças, cultivo de hortas, criação de animais, extrativismo de frutas nativas, da pesca e da caça. Cabe destacar que todas essas atividades, que garantiam meios de renda e ajudavam na manutenção dessas famílias, foram suprimidas brutalmente com a chegada dos soji-

cultores e suas empresas que desmataram a vegetação nativa que circundava essas comunidades. As famílias vivem em ilhas, suas pequenas propriedades. Estão rodeadas por campos extensos de soja, foram proibidas de fazer roça e convivem diariamente com a ameaça de expulsão.

***Os supostos proprietários que reivindicam as terras onde as comunidades centenárias residem, utilizam da grilagem para avançar sobre os territórios e, com jagunços portam armas de fogo, intimidam e ameaçam qualquer forma de organização e resistência das comunidades.***

Esse cenário tem se expandido cada vez mais, em várias localidades da região do Baixo Parnaíba, nos últimos tempos, e os órgãos fundiários (estadual e federal) que detém o poder de resolução estão sucateados e imobilizados, reféns das normativas decretadas pelo ex-presidente do país, que tem deteriorado a Política de Reforma Agrária, negligenciado direitos e retirando qualquer possibilidade de avanço dos processos de regularização fundiária.

As pessoas dessas comunidades vivem com medo, acuadas, ameaçadas e passando necessidades, uma vez que o chão que lhes oferta o mínimo para o sustento lhes foi tirado à força, de forma súbita e desrespeitosa. As árvores nativas de onde extraíam a polpa de frutas para consumo e comercialização foram devastadas por correntões. As chapadas de uso comunitário para caça, criação de animais e outras atividades não





***As pessoas dessas comunidades vivem com medo, acuadas, ameaçadas e passando necessidades, uma vez que o chão que lhes oferta o mínimo para o sustento lhes foi tirado à força, de forma súbita e desrespeitosa***

existem mais. Os riachos e rios onde pescavam e de onde retiravam água para consumo foram envenenadas com substâncias tóxicas, isso tem contribuído para o aparecimento de uma série de doenças como coceiras, náuseas, queimaduras, febre, dor de cabeça e dores estomacais que afetam desde crianças a idosos.

Contudo, nessa realidade dolorosa, há sinais de esperança devido a persistência e cabe destacar as experiências de resistência dessas comunidades que, com ousadia, trabalho coletivo e esperança de resultados favoráveis à comunidade. Elas mobilizam enfrentamento e já alcançaram alguns resultados animadores como: proibição, via justiça, do lançamento aéreo de agrotóxicos próximo de suas casas. Conseguiram diálogo com algumas instâncias do governo para reivindicar seus direitos, solicitar celeridade nos processos administrativos em andamento nos órgãos fundiários e cobrar a implementação efetiva de políticas públicas para a comunidade.

A Comunidade de Araçá, no dia 22 de abril de 2021, foi atingida por pulverização aérea de agrotóxico, ocasionando graves

problemas de saúde em muitas pessoas, inclusive crianças. Por conta dessas violações, a comunidade buscou apoio junto à Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade (Coecv). Além disso, a comunidade solicitou junto ao Iterma a expedição de título e do judiciário a anulação das matrículas registradas no cartório de Buriti, em razão da grilagem de terras promovida pela SLC Agrícola, pelo Grupo João Santos e pela família Introvini. A comunidade entrou com processo na vara agrária com pedido de manutenção de posse e, recentemente, dia 19 de setembro de 2022, saiu uma decisão favorável à comunidade, garantindo a permanência das famílias na área até que a regularização fundiária seja resolvida pelos órgãos fundiários competentes.



Na Comunidade tradicional de Brejão, os moradores estão sendo perseguidos e processados na justiça, inclusive os mais idosos, por conta das diversas situações de violências. A comunidade fez denúncias em Delegacia de Polícia, Ministério Público, Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade. Atualmente, aguarda decisão do processo que tramita na justiça e a regularização fundiária pelo Iterma.

Por fim, na comunidade de Carranca, as ações da família Introvini na terra daquele território, afetou drasticamente os meios de subsistência da comunidade, o modo de vida e as práticas culturais centenárias. Devido às diversas situações de violência, a comunidade fez inúmeras denúncias na Delegacia de Polícia, Ministério Público, Comissão Estadual de Prevenção à Violência no Campo e na Cidade, Secretaria de Direitos Humanos e organizações internacionais. Além disso, a comunidade solicitou junto ao Iterma a expedição de título, e do judiciário a anulação das matrículas registradas no cartório de Buriti, em razão da grilagem de terras promovida pela família Introvini, mas ainda não teve resultado.

É uma comunidade muito sofrida, com pessoas idosas a frente da luta e em todos esses anos foram inúmeras as ameaças sofridas que tiveram grandes repercussões e denúncias, mas, até o momento o Iterma não solicitou o cancelamento do Cadastro Agrário Rural (CAR) feito pelos Introvini, sobreposto à área das famílias de Carranca. Ao longo desses anos, as famílias enfrentam ação na justiça cuja decisão da Vara Agrária foi favorável à manutenção de posse da comunidade, mas até o momento a situação fundiária da comunidade ainda não foi solucionada.

Município:  
**São Luís (MA)**

Comunidade:  
**Cajueiro**

Arquidiocese de  
**São Luís (MA)**



O município de São Luís, capital maranhense, vem passando por mudanças e violentos processos de expansão, consequências dos projetos governamentais de ampliação da infraestrutura. O município tem áreas ocupadas por povoados rurais, com economia solidária e ações relacionadas à agricultura familiar, à pesca artesanal e ao extrativismo vegetal.

A comunidade do Cajueiro, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, encontra-se mobilizada em torno de uma disputa territorial com a empresa WPR São Luís Gestão e Portos e Terminais Ltda e o próprio Estado do Maranhão. A Estrada de Ferro Carajás, que corta o estado do Maranhão, historicamente tem estimulado a ampliação dos projetos industriais na região, já que transporta e escoam minérios que servem como um atrativo para outras atividades industriais ao longo da ferrovia.

No ano de 1998, o estado do Maranhão transferiu o domínio útil das terras do Cajueiro, ou seja, terras que eram de domínio da

***As invasões causam danos à área protegida ou unidade de conservação, poluição nas águas e solos.***

União aos moradores do povoado para fins de implantação de um projeto de assentamento. Essa situação jurídica do território seria revertida em 2011, quando o estado publicou um decreto em favor da empresa Suzano Papel e Celulose, desapropriando as terras da Vila do Cajueiro para implantação de um Terminal Portuário.

Em 2013, a empresa WPR passou a ser responsável pela construção do Terminal Portuário de São Luís. Em novembro de 2014, foi publicada no Diário Oficial uma Ação Cautelar que tratava sobre um pedido de liminar contra o estado do Maranhão de forma a impedir o seguimento ao processo licenciatório do Terminal Portuário. Esta ação foi movida pela Defensoria Pública do estado do Maranhão, e teve tanto o estado do Maranhão quanto a empresa WPR na condição de réus.

Após amplas manifestações e articulações da comunidade, com o apoio de diversas organizações sociais, a Secretaria de Meio Ambiente do Maranhão (SEMA) suspendeu em janeiro de 2015 a licença prévia da WPR com relação ao Terminal Portuário que seria construído na comunidade. Os impactos socioambientais são: alteração no regime tradicional de uso e ocupação do território, irregularidade na autorização ou licenciamento ambiental e demarcação de território tradicional, danos à saúde, insegurança alimentar, ameaças e coação psicológica e física fazem parte do cotidiano da comunidade. As invasões causam danos à área protegida ou unidade de conservação, poluição nas águas e solos.



## Violações identificadas nesses territórios



**Ameaças de morte:** Pessoas estão ameaçadas de morte e precisam de inclusão no Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (PPDDH).



**Violação à natureza:** fazendeiros e empresários (agressores) desmatam, em seguida plantam e bombeiam a água dos rios para irrigar as plantações.



**Não acesso à produção de alimentos:** os agressores fecham estradas e vicinais que dão acesso às lavouras para impedir a colheita. Derrubam as palmeiras de coco das quais as famílias acessam seu sustento e meio de vida. Os agricultores solicitaram escolta da Polícia Militar para o momento da colheita de mandioca.



**Crime ambiental:** os agressores derramam óleo nos rios para as famílias não acessarem as águas e peixes, e consequentemente matam o rio e os animais, com o desmatamento por meio de tratores e poluição.



**Omissões:** os poderes judiciário e executivo: concedem autorização para o desmatamento nos territórios.





**Ameaça à saúde mental:** os agressores causam pânico e terror ao intimidar os moradores das comunidades. Com caminhonetes passam pelas estradas em frente às casas, em alta velocidade, atropelando animais e correndo o risco de atropelar moradores.



**Agrotóxicos:** ocorre o uso intensivo e indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras e por cima das casas das família.



**Crime organizado:** existe a presença de milícias armadas rondando e ameaçando os territórios quilombolas e de comunidades rurais.



**Cooptação:** do ponto de vista da organização das comunidades, as lideranças relatam divisão interna, individualismo e interesses pessoais sobre os coletivos. Isso, na maioria das vezes provocado pelo crime organizado. Além da pressão para a venda dessas comunidades para o agronegócio.



**Covid-19:** a pandemia provocada pela Covid 19 acelerou o quadro de violência e abandono em que se encontram muitas comunidades tradicionais no Maranhão.





## **Audiência pública: Violência no campo no Maranhão**

No dia 23 de junho de 2022, na sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE-MA), em São Luís, foi realizada uma audiência pública sobre a Violência no campo no Maranhão. A audiência reuniu órgãos de Justiça e lideranças de comunidades rurais e tradicionais do Maranhão e agentes das Pastorais Sociais do Maranhão. Na pauta foi debatido sobre a prevenção e o enfrentamento à violência no campo; a apuração de casos de assassinatos e perseguição e a proteção a vítimas.

A audiência foi organizada de forma conjunta pelo Ministério Público do Maranhão, a Defensoria Pública do Estado, Defensoria Pública da União, Ministério Público Federal e Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Foram parceiros na organização a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a

## 79 pessoas foram assassinadas entre 2015 e 2022



Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão (Fetaema), que compõem a Frente de Proteção Integrada do Maranhão (FPIMA).

Com a realização da audiência, foi possível constituir um ambiente de escuta e avaliação sobre os graves problemas gerados pelos conflitos de terra no Maranhão e as violações de direitos humanos e sociais. Importante ressaltar que entre 2015-2022, 79 pessoas foram assassinadas. Com destaque para violência contra quilombolas (11), indígenas (41) e posseiros (7). Somente nos últimos dois anos foram 16 assassinatos.

Pela Missão estiveram presentes Nuno Coelho (Secretário-Adjunto da CBJP), Marta Bispo (Secretária Executiva da CNBB Regional Nordeste 5), Igor de Sousa (Cáritas Brasileira Regional Maranhão), Marcia Palhano (Comissão Pastoral da Terra Maranhão).



*Para o detalhamento dos debates e reflexões da Audiência Pública, Aponte a câmera do seu celular para o QRcode ao lado*

## A equipe da Missão Denúncia

Constatamos que é escandalosa a situação em que se encontram os povos originários e comunidades tradicionais no estado do Maranhão, assim como as populações empobrecidas que dependem da subsistência local:



77 pessoas estão ameaçadas de morte e se encontram no Programa de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos. Mais de 30.000 famílias solicitam proteção dos organismos responsáveis.



O genocídio e o ecocídio caminham lado a lado aterrorizando a vida das pessoas e da natureza.



O processo de licenciamento ambiental corre à revelia da garantia de direitos da vida das comunidades e da natureza, atendendo aos interesses do agronegócio facilitado pelo poder público de forma fraudulenta, com a emissão de documentos como se fossem licenças.



Na maioria dos conflitos tem o envolvimento e articulação dos políticos locais, o que contribui para o aprofundamento e aceleração desses processos de destituição do direito à vida.



No tocante a saúde integral das comunidades, a Missão destaca a contaminação por agrotóxicos utilizados de maneira indiscriminada, causando várias doenças dermatológicas, pulmonares, gastrointestinais e neurológicas. É grave a situação de depressão, ansiedade e pânico gerados por profunda angústia, medo e insegurança com os assassinatos e ameaças.



Promotores do agronegócio e latifundiários com anuência do governo fecham estradas vicinais, secam olhos d'água, contaminam e assoreiam, impedindo o acesso às lavouras de subsistência, e do direito básico de ir e vir. E deixam um rastro de desespero e morte, com correntões, tratores, incêndios criminosos e outras técnicas destrutivas, aniquilando as fontes de alimentos, colocando as comunidades em grave situação de insegurança alimentar.



Entre 2021 e 2022, 14 lideranças, defensores da natureza e de seus territórios, foram assassinadas no Maranhão. As famílias e sociedade não têm até o momento da parte dos órgãos competentes a resolução e punição para os mandantes e executores dos crimes.



Comunidades inteiras em permanente medo e pânico com as intimidações através das presenças de jagunços.

## **A missão faz as seguintes recomendações:**

- Que o Instituto em Colonização e Terras do Maranhão (Iterma) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, efetivem com rapidez a regularização fundiária destas comunidades. Esta decisão legal é a principal forma de garantir juridicamente que as pessoas permaneçam em paz em seus territórios.
- A aprovação e implementação da lei que proíbe a pulverização aérea de agrotóxicos em todo o Estado.
- Que os órgãos competentes façam imediatamente a revogação das licenças ambientais emitidas de maneira arbitrária e que violam a vida dos povos e da natureza.
- Atenção e tratamento de saúde às pessoas vítimas dos agrotóxicos e outros produtos químicos que contaminam o solo, ar e água.
- Acompanhamento e toda a assistência necessária psicossocial às famílias das vítimas dos assassinatos e violências de ameaças e intimidação.
- Acompanhamento e resolução pelos poderes públicos locais na proteção de crianças e adolescentes, impactadas pelas violências sofridas e com as infâncias roubadas.
- Que sejam concluídas as investigações dos assassinatos das lideranças dos povos e comunidades tradicionais.
- Conclusão imediata dos inquéritos relativos aos assassinatos das lideranças dos povos e comunidades tradicionais.

- Que os povos e comunidades tradicionais sejam consultados sobre empreendimentos que atingem sua vida e seus territórios como lhes garante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.
- Que os processos na vara agrária sobre conflitos agrários, que tem ameaças de mortes e grave violações dos direitos dos povos e comunidades tradicionais tenham mais celeridades por parte dos órgãos responsáveis.

Além disso, a equipe da Missão identificou que o descumprimento da execução de políticas públicas por parte dos poderes constituídos no Estado do Maranhão, não se trata apenas de descaso com estas realidades, mas de uma ação organizada e estruturada com o objetivo de implementar o projeto de morte proposto pelo agronegócio e da mineração. O clima na região é tenso. No entanto, com os avanços sociais, econômicos e políticos não haverá recuo na resistência e organização social do povo. O que nós apuramos, entre os que vivem na região, é que eles são convictos de que estão em uma luta justa e necessária, que se tornou uma guerra.

***“O povo diz que o sangue pode dar no meio da canela, mas ninguém vai recuar”***

Disse a liderança Luís Antônio Pedrosa.

Na escuta, foi possível perceber muita indignação nas comunidades, por conta da violência sofrida. A barbárie promovida pelos fazendeiros da baixada maranhense é vista como um escândalo, um absurdo, algo inaceitável. E o povo de Arari não está só. Cresce o número de apoiadores que desejam paz às comunidades.

A situação só não é ainda mais grave porque as comunidades estão organizadas, resistindo, com esperança e fé. São pessoas corajosas, criativas e solidárias. Apoiam-se entre si e encontram apoio e acompanhamento das Pastorais Sociais e dos Movimentos Populares, se fortalecendo nas lutas para efetivação do direito básico de existir no território, com *Terra, Teto e Trabalho*.

Nós, atores sociais envolvidos/as neste processo, nos comprometemos em finalizar o relatório detalhado de todo o processo, do qual será um importante documento para divulgação e incidência, para a superação destas situações identificadas e que se prolongam historicamente no Maranhão.

Reafirmamos nosso compromisso com os direitos humanos destas populações e o cuidado com a Casa Comum. Uma das lideranças afetadas brutalmente pela barbárie e pela impunidade nos dizia: “Eles irão nos matar de fome, mas não tirarão nossa coragem”. Nós, Pastorais Sociais e Organizações participantes da Missão, seguiremos com a coragem necessária para enfrentar qualquer sinal de violação da dignidade destas pessoas e da natureza em que são guardiões.

Acesse aqui os anexos lendo os QR Codes abaixo

Reportagens

Documento síntese





# Projeto popular

O BRASIL QUE QUEREMOS:

O BEM VIVER DOS POVOS

6ª SEMANA SOCIAL BRASILEIRA

As Semanas Sociais Brasileiras são mobilizadas pela Comissão Episcopal Pastoral para a Ação Sociotransformadora da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (Cepast-CNBB). São realizadas de forma coletiva com as Pastorais Sociais, Igrejas Cristãs, no diálogo inter-religioso, Movimentos Populares, Associações, Sindicatos e Entidades de Ensino, na pluralidade cultural e étnica do Brasil. A SSB articula as forças populares e intelectuais para o debate de questões sociopolíticas do país, para uma ação Sociotransformadora.

Nesta 6ª edição da SSB – iniciada em 2020 e segue até 2023 – o tema pautado é o “Mutirão pela Vida: por Terra, Teto e Trabalho e os eixos: Democracia, Economia e Soberania”, e com a proposta da construção do Projeto Popular “O Brasil que queremos: o Bem Viver dos Povos”, a partir dos acúmulos das cinco edições anteriores.

@ssbrasileira

